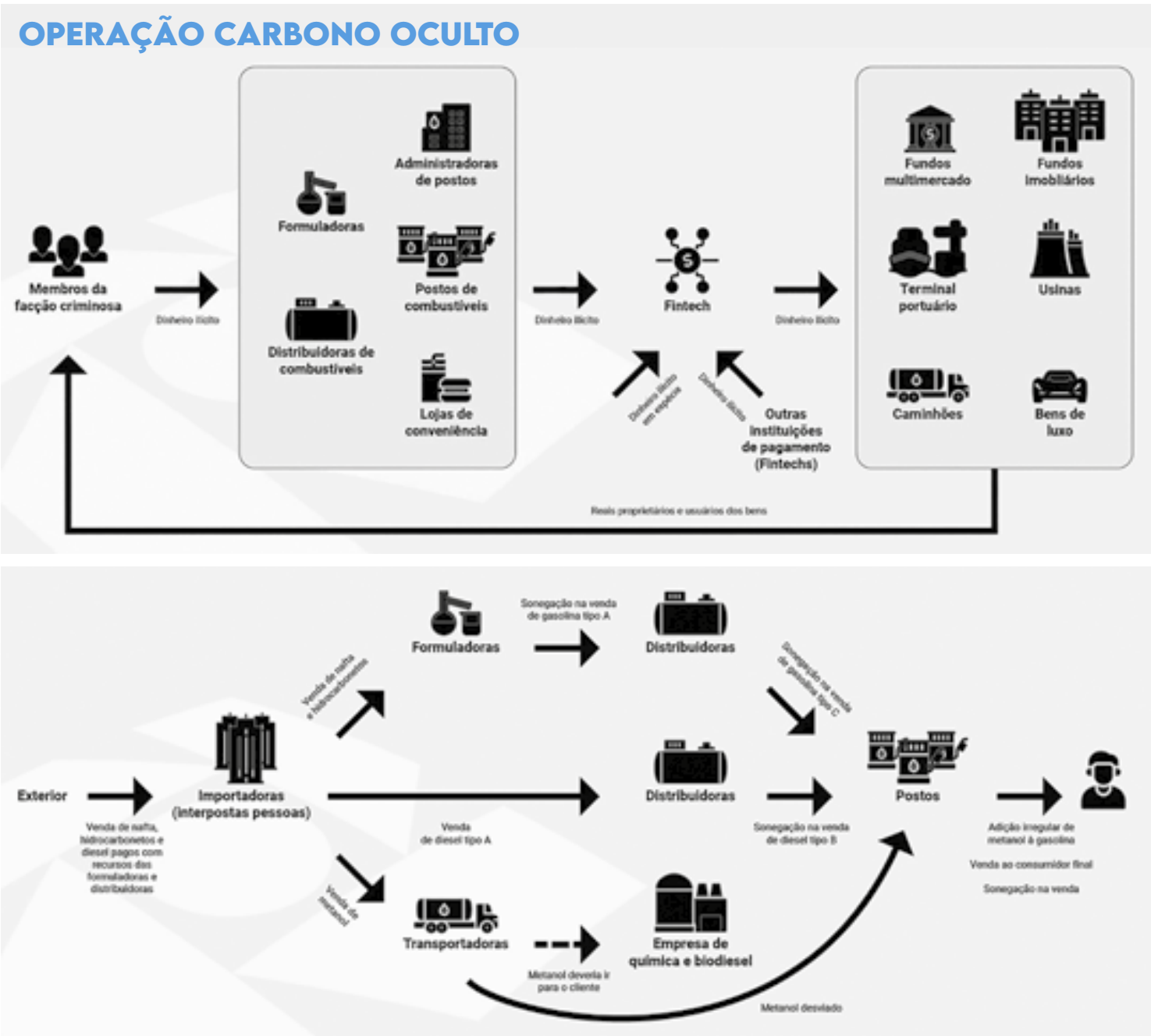




Meio político está apreensivo com operação

No meio político, o clima é de apreensão. Agentes públicos e políticos da região têm trocado aparelhos celulares e números de telefone, prática perceptível nas notificações de mudança de certificado de segurança do WhatsApp.

O temor é de que novas fases da operação atinjam diretamente financiamentos de campanha e relações espúrias entre empresários ligados ao PCC e lideranças políticas locais.

A primeira fase mirou o núcleo financeiro da organização criminosa; as próximas devem avançar sobre importação e exportação, mercado imobiliário e financiamento eleitoral, em especial das campanhas de 2024.

Financeira do PCC criou sede em Ribeirão

No centro da engrenagem criminosa está a BK Instituição de Pagamento, acusada pelo MP de atuar como instrumento de movimentação e ocultação de valores ilícitos, dando aparência de legalidade a bilhões de reais. Até a denúncia, a fintech havia movimentado R\$ 17,7 bilhões em créditos e débitos com empresas ligadas à organização.

Sua sede em Ribeirão Preto, localizada no centro da cidade, a poucos metros da Delegacia da Receita Federal, continua funcionando normalmente. Procurada, a BK informou que não teve acesso ao processo e autos de investigação.

Ruralista de Ribeirão Preto, Paulinho Junqueira, esteve com administradores do PCC

ANGELO LOPES
redacao@jornalribeirao.com.br

Produtor rural há quase três décadas e um dos fornecedores da Carolo, o sindicalista patronal Paulo Junqueira esteve recentemente com os principais acusados de chefiar o esquema criminoso do etanol no interior, segundo as investigações.

Junqueira possui contratos com usinas e fornece cana crua para moagem na Carolo, tendo visitado recentemente a sede da empresa de Mourad e Sil-

va em Itaquera, Zona Leste da capital paulista. Apesar do contato, Junqueira não é alvo da Operação Carbono Oculto.

“Eu planto cana e vendo, eu quis conhecer, sem dúvida nenhuma, onde eu entrego a minha cana. Eu estive na sede deles, no prédio deles, acredito que têm mais de 20 mil funcionários. Sei que estão no ramo de postos de combustíveis há mais de 20 anos e desconheço qualquer envolvimento criminal deles”, concluiu. “Fizemos um aditamento do contrato, e eles [os novos administra-

dores] vêm cumprindo com as obrigações, assim como eu. Meu contato com ambos sempre foi comercial”, disse.

Questionado sobre o encontro com Mohamad e Silva, afirmou que seu interesse foi apenas conhecer quem controla a operação da usina para a qual fornece cana. Disse acreditar que eles possuem grande estrutura no setor de combustíveis e afirmou lamentar se houver envolvimento em crimes, mas negou acreditar na ligação direta deles com o PCC.

“Conversei e estive com eles, na sede, durante uma visita. Encontrei o Mohamed na Usina algumas vezes. É uma pessoa que começa a trabalhar muito cedo e termina muito tarde. Eu lamento se tiver algum tipo de envolvimento ilícito, tomara que a investigação seja séria, pode ser que haja crimes de sonegação fiscal, pode ser que haja envolvimento com crime organizado, mas não acredito”, disse.

Produção na Usina Carolo segue normalmente

Enquanto isso, a produção na Carolo segue normalmente, com caminhões entrando e saindo 24 horas por dia. Em Pontal, o temor da população com um possível fim das atividades cresce, já que boa parte dos quase 38 mil habitantes depende do setor sucroenergético. Outras usinas investigadas também con-

tinuam operando sem restrições.

Os reflexos da crise no setor se intensificaram após a deflagração da Operação Carbono Oculto. O Jornal Ribeirão obteve com exclusividade documentos que mostram usinas notificando parceiros comerciais para receber valores vencidos de vendas de açúcar.

Segundo as usinas, o Grupo ED&F Man Brasil Ltda. retirou produtos, mas não efetuou os pagamentos desde a divulgação da operação. A empresa alega princípios de compliance como impeditivo, enquanto as usinas denunciavam exposição negativa e falta de recursos para manter a estrutura ativa.

NOTIFICAÇÃO

As usinas Carolo, Itajobi e Rio Pardo notificaram extrajudicialmente a ED&F Man por inadimplência de R\$ 22,2 milhões, referentes a agosto e setembro de 2025, exigindo pagamento imediato sob pena de protesto e execução judicial.

VEJA MAIS NA PÁGINA 6

PONTAL PODE SER GRANDEMENTE PREJUDICADA PELA OPERAÇÃO, DIZ RURALISTA

Paulinho Junqueira demonstra apreensão com a situação da usina Carolo e com o município de Pontal, que tem cerca de 3 mil funcionários diretos na unidade e pouco mais de 30 mil habitantes.

“Seria catastrófico para o município de Pontal e sua população, considerando os empregos diretos e indiretos envolvidos em toda a cadeia de produção”, afirmou.

Defendeu ainda que, caso confirmadas as irregularidades, as autoridades encontrem alternativas de gestão para que as usinas não fechem, sob pena de colapso social e econômico na região.